

Restrição à mineração irrita credores

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

Ao restringir a participação de companhias estrangeiras no setor de mineração no Brasil, a Assembleia Constituinte gerou um clima que poderá influir negativamente na negociação da dívida externa brasileira. Além de causar apreensão tanto no Banco Mundial como no Fundo Monetário Internacional (FMI), a medida provocou desgosto entre os credores privados. Em função disso, o

pacote de empréstimos novos — entre US\$ 5,2 e US\$ 5,8 milhões — corre o risco de demorar um pouco mais para ser liberado.

Surpreendidos com a notícia, vários banqueiros admitiram ontem que as suas conversas com a equipe do Ministério da Fazenda poderiam ser prolongadas, até que eles tenham, pelo menos, uma perspectiva mais sólida do que poderá acontecer na área dos investimentos estrangeiros. Seu temor é de que outros setores sejam igualmente nacionalizados, inibindo o fluxo de capital

estrangeiro para o País. Isso diminuiria as possibilidades de o Brasil reativar seu crescimento e, conseqüentemente, adquirir recursos para honrar os seus compromissos.

— Até aqui, tínhamos a sensação de que o Brasil vinha tomando um rumo moderado. Mas essa demonstração de xenofobia nos faz refletir melhor, e o que sobra é uma sensação de que as coisas talvez não estejam indo, de fato, na direção que imaginávamos. Diante disso, precisamos de mais tempo para uma aná-

lise aprofundada da questão, especialmente quando há tanto dinheiro em jogo — comentou um dos grandes credores privados do Brasil.

O Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, também foi surpreendido pela novidade. “Não foi um fato alvissareiro”, disse ele. Profundo conhecedor dos mecanismos da negociação, e sobretudo do raciocínio dos banqueiros, Moreira disse que o fato talvez não tenha uma influência decisiva no diálogo entre as duas partes, mas também não é nada abonador.